

Senado extingue vagas

Federal

17 MAR 1997

EM FAMÍLIA

É como se fosse uma reforma administrativa interna. Se for aprovada, serão imediatamente extintos no Senado 232 cargos não preenchidos e outros 447 quando vierem a vagar. Além de 491 funções comissionadas já vagas e 546 quando estiverem desocupadas. No total, são mais de 1.700 cargos que deixarão de ser preenchidos.

De um lado, para aprovar as mudanças, estão os senadores que se queixam da imposição de ter que preencher os principais cargos do gabinete com servidores efetivos da Casa. Muitos dos quais, conforme alegam, querem mesmo é ficar *encostados* e não trabalhar. Do outro, está boa parte dos 2.292 servidores, representados pelo sindicato da categoria, o Sindilegis.

O presidente do Sindilegis, Roberto Cavalcanti, diz que os servidores não concordam com essas mudanças e vão reagir. "O sindicato não tem por que aceitar o fim de vagas efetivas pela contratação de cabos eleitorais", argumentou.

O projeto de resolução que move as mudanças, de autoria do primeiro-secretário, Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB), será votado pelos integrantes da Mesa Diretora do Senado na próxima quinta-feira. Segundo Cunha Lima, a reforma reduzirá imediatamente as despesas do Senado em R\$ 593,83 mil por mês. Em médio prazo, a economia mensal chegará a R\$ 1,55 milhão.

O projeto prevê a criação de dois cargos de confiança, com salários de R\$ 4,8 mil. Se o senador quiser, pode optar pela transformação de um desses cargos em até quatro cargos de assistente parlamentar, desde que a soma dos salários fique abaixo dos R\$ 4,8 mil.

Roberto Cavalcanti advertiu que ninguém deve se enganar com o quadro de justificativas do projeto.

Segundo ele, a autorização inicial para os senadores contratarem dois assessores de sua confiança não é definitiva. "Eles (os senadores) começam contratando dois servidores, mas amanhã pode acontecer como na Câmara, onde os deputados podem contratar até 16 pessoas pelos mesmos critérios".

O senador Roberto Freire (PPS-PE) é um dos que defendem as mudanças. Segundo ele, os gabinetes devem atender ao desempenho exigido dos parlamentares. Sua preocupação é que a contratação de mais dois servidores seja mal utilizada.

No Senado, segundo Cavalcanti, há "uma permuta" de parentes nas contratações. O caso mais gritante é o do senador Gilvam Borges (PMDB-AP), que defende a contratação de sua mulher e de sua mãe, dizendo: "uma dorme comigo, e a outra me pôs no mundo".